



A economia brasileira em 2009

O Produto Interno Bruto da economia brasileira apresentou uma queda de 1,7% nos nove primeiros meses de 2009, quando comparados com igual período do ano anterior. Os principais responsáveis por tal desempenho foram os investimentos, que, no mesmo período, apresentaram uma variação negativa no seu volume de 14,2%. Embora as exportações também tenham apresentado uma queda acentuada do seu volume nos três primeiros trimestres (-12,1%), o impacto líquido do setor externo ainda é positivo, uma vez que as importações decresceram 16,0%. Tais informações demonstram que de forma alguma se deve subestimar o impacto da crise econômica mundial sobre a economia do País, principalmente se se considerar que, no período 2007-08, esta última vinha apresentando um crescimento médio anual de 5,6%. As taxas positivas de crescimento ficaram a cargo do consumo das famílias (2,8%) e do consumo do Governo (3,3%).

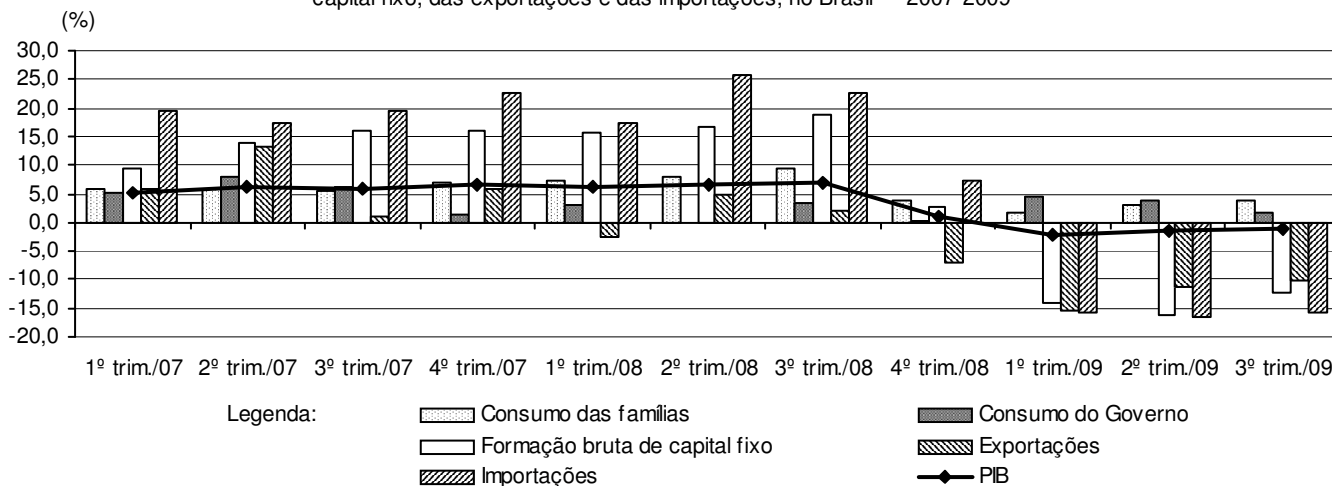
Do ponto de vista da oferta, verifica-se que o setor produtivo como um todo apresentou um desempenho negativo, cabendo destaque para a indústria de transformação, que, no período em análise, teve uma queda de 10,7% no volume do seu produto, para a construção civil, com variação de -9,1%, e para a agropecuária (-5,3%). Já o destaque positivo coube ao setor de serviços como um todo (1,9%). A sua composição bastante heterogênea, no entanto, manifesta-se nas suas desiguais taxas de crescimento. Assim, setores mais vinculados à atividade produtiva, como o comércio e os transportes, tiveram um desempenho negativo, enquanto as instituições financeiras, as comunicações e a administração pública foram os responsáveis pelo crescimento do setor.

O efeito da crise sobre a economia brasileira, ao longo do último ano, demonstra o seu grau de inserção na economia mundial, bem

como o fato de que qualquer análise sobre as suas perspectivas requer uma análise desta última. Assim, restaram poucos graus de liberdade para a atuação governamental na gestão macroeconômica em 2009, principalmente se se considerar que pouco pode o Governo fazer para estimular os investimentos privados e as exportações, quando a economia mundial se encontra numa profunda recessão. As políticas fiscal e monetária, no entanto, foram eficazes, na medida em que, através de isenções fiscais, investimentos em infraestrutura, expansão do crédito e auxílio assistencial, conseguiram evitar que o mercado interno desmoronasse, assim como aconteceu em diversos outros países. Tais medidas impactaram positivamente o consumo das famílias, e, embora o seu crescimento tenha sido módico diante do desempenho dos trimestres anteriores, há que se considerar que o mesmo representa aproximadamente 60,0% do PIB, com enorme impacto sobre o desempenho global da economia. Também se deve destacar que, apesar de os investimentos estarem num patamar bem inferior aos de 2008, a sua trajetória é de recuperação. Tal recuperação seria inviável sem a atuação governamental nos setores de infraestrutura, energia e químico, com aportes significativos do BNDES.

Embora ainda seja cedo para se fazer algum prognóstico mais incisivo sobre o fim da crise econômica mundial, o fato é que a economia brasileira se tem revelado suficientemente sólida, de forma a conseguir atravessar esse período extremamente conturbado com diversos indicadores positivos. Os dados do PIB para o quarto trimestre do corrente ano deverão ser significativamente melhores do que os dos trimestres anteriores. Assim, o resultado líquido de 2009 deverá ser superior ao apresentado nos nove primeiros meses deste ano.

Taxa trimestral de crescimento do PIB, do consumo das famílias, do consumo do Governo, da formação bruta de capital fixo, das exportações e das importações, no Brasil — 2007-2009



FONTE : IBGE .

André Luis Contri (FEE/CEES)

Copenhague: a esperança perdida!

Com os resultados pífios do acordo de Copenhague, o comprometimento dos governos em reduzir as causas das mudanças climáticas foi lançado para o futuro. Frustrou-se, assim, a esperança de que, com a urgência necessária, se faria todo o esforço possível para reduzir os efeitos perversos do aquecimento global. Diante da aceleração que se tem observado da concentração de CO₂ na atmosfera, da elevação do nível dos oceanos e do degelo das glaciais e do Ártico — o que tem levado cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) a prognosticarem que o aumento da temperatura média do Planeta ultrapassará aos 2°C bem antes de 2100 —, a COP15, ao deliberar um acordo fraco, sem consenso, sem unanimidade, sem compromissos, põe-nos diante do risco de eventos ex-

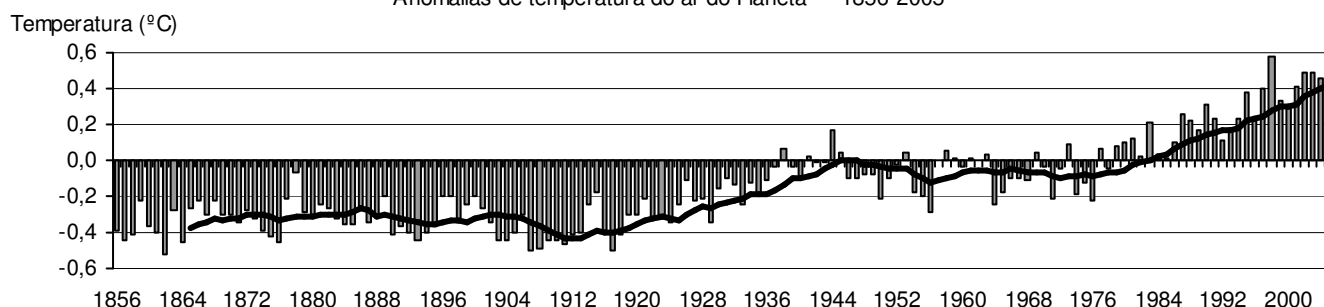
tremos de secas, enchentes, ondas de calor e de frio, furacões e tempestades, migrações em massa e aumento de casos de doenças tropicais.

Foi esquecido que o que está em jogo é a salvação da vida no Planeta.

Os resultados levam a crer que os líderes dos países desenvolvidos põem na tecnologia, como se fosse uma varinha de condão embalada pelo capital, o poder mágico para salvar o ambiente, a humanidade e o capital: imensa fonte de novos lucros e sutil poder para comprar almas com água e pão.

O tempo passa célere; ao ignorar as advertências dos cientistas, Copenhague lança o mundo na mais obscura incerteza.

Anomalias de temperatura do ar do Planeta — 1856-2005



FONTE: Climate Research Unit 2006.

NOTA: A linha representa a média móvel de 10 anos.

José Enoir Loss (FEE/CEES)

Resultado das principais lavouras de grãos do RS na safra 2008/09

A produção brasileira dos cinco principais grãos — arroz, feijão, milho, soja e trigo — para a safra de 2009 foi de 129 milhões de toneladas; portanto, um decréscimo de 7,9% em relação à safra anterior. No Rio Grande do Sul, a produção desses grãos foi da ordem de 22 milhões de toneladas, 2,4% inferior à anterior — representando 17,0% da oferta nacional dessas lavouras.

A produção de grãos no Estado apresentou resultados diferenciados. O milho e o trigo tiveram decréscimo de 20,2% e 8,6% respectivamente. Já as demais lavouras analisadas — o feijão (22,4%), o arroz (7,3%) e a soja (1,8%) —, apresentaram um desempenho positivo. Devem ser salientados o aumento significativo da área de feijão (19,1%) e a redução nas áreas de trigo (-13,1%) e de milho (-4,2%).

As perdas das lavouras de milho ocorreram também em virtude da estiagem que atingiu as regiões produtoras, enquanto a redução na produção de trigo se deu pelo excesso de chuvas. Apesar da redução da área colhida, houve um aumento da produtividade em praticamente todos os grãos. A exceção ficou com a cultura do milho, que teve um rendimento 16,7% menor que o da safra de 2008.

Em 2009, os preços também não foram favoráveis. Levantamento de preços realizado na Emater indicou que a comercialização foi realizada em um patamar de preços inferiores aos praticados em 2008. No período janeiro-outubro, a média dos preços recebidos

pelos produtores teve queda acentuada: o feijão caiu 26,3%; o milho, 21,0%; o trigo, 18,2%; e o arroz, 6,5%. Apenas o preço da soja registrou um pequeno aumento de 1,1%.

A queda de 2,4% na produção de grãos do RS, combinada com o comportamento dos preços, resultou em um faturamento bruto para o produtor de, aproximadamente, R\$ 12,4 bilhões contra os R\$ 13,3 bilhões da safra de 2008, representando, portanto, uma queda de 6,5%.

Valor da produção dos principais grãos no RS — 2008 e 2009

PRODUTOS	VALOR (R\$ 1 000)		VARIACÃO % 2008-09
	Safra 2008	Safra 2009	
Arroz	4 313 930	4 330 608	0,4
Feijão	204 054	184 062	-9,8
Milho	2 083 406	1 313 720	-36,9
Soja	5 692 923	5 858 258	2,9
Trigo	997 102	745 898	-25,2
Total	13 291 416	12 432 544	-6,5

FONTE: IBGE. LSPA. Novembro 2009.

FEE/N/DADOS.

Maria Helena Antunes de Sampaio (FEE/CIE)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-nov./09

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./96	2,1	21,0	-	10,1	23,00	-	-	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,4	22,2	-	5,2	38,00	-	-	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,0	21,2	-	1,7	29,00	-	-	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	140,8	21,7	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,7	-12,5	112,0	-20,5	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,7	-12,7	106,6	-4,9	132 524
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,1	1,5	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-1,9	131 320
Mai/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,2	-14,8	108,7	2,5	132 658
Jun./08	6,0	-	7,9	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,2	-1,4	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,6	2,2	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	109,9	0,3	133 935
Set./08	6,6	-	7,7	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,4	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,1	0,7	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,1	8,7	120,3	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,4	16,4	148,1	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	71,1	11,6	113,7	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	70,0	11,6	113,2	-0,4	135 861
Mar./09	3,0	-	9,0	5,6	11,25	70,7	11,3	111,1	-1,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	68,2	8,1	110,0	-1,0	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,0	6,2	114,7	4,3	134 772
Jun./09	1,0	-	8,1	4,8	9,25	63,2	5,7	112,1	-2,3	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	63,2	6,9	113,3	1,1	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	61,1	4,3	110,4	-2,6	138 717
Set./09	-1,0	-	7,7	4,3	8,75	60,5	-4,6	110,3	-0,1	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	58,4	-17,3	111,1	0,8	145 571
Nov./09	-	-	-	4,2	-	-	-	-	-	-

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-nov./09

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./96	0,09	33,3	83,87	1,7	-	84,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	81,16	3,9	-	83,2	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	79,26	-2,0	-	81,0	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	43,9	116,58	6,0	-8,3	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,3	3,0	84,3	17,0	33,4	-0,15	2,66	-2,50	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	84,7	17,8	36,6	-0,31	2,57	-2,26	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,04	6,6	5,9	85,2	16,3	36,0	-0,62	2,56	-1,94	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	85,1	15,3	38,0	-0,94	2,54	-1,60	195 767	254 307
Mai./08	-4,35	40,6	128,53	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-0,97	2,56	-1,59	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,51	6,7	0,8	86,3	18,9	43,8	-1,17	2,01	-0,84	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,50	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,25	1,96	-0,71	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,38	2,10	-0,72	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,17	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,57	2,36	-0,79	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	5,9	0,6	86,3	26,3	50,2	-1,61	2,37	-0,76	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,10	4,8	-9,6	85,2	25,0	46,9	-1,57	2,32	-0,75	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,8	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,5	42,7	-1,72	2,75	-1,03	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,00	1,0	1,8	76,7	19,6	36,6	-1,69	2,64	-0,96	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,7	28,4	-1,65	2,78	-1,13	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,4	25,2	-1,50	2,73	-1,23	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,44	-3,9	-3,9	77,6	13,3	18,8	-1,33	2,77	-1,45	190 546	262 113
Mai./09	-2,29	42,6	114,14	-5,1	6,5	78,7	5,3	10,0	-1,42	2,90	-1,49	195 264	264 694
Jun./09	-2,04	43,3	115,41	-6,5	1,3	79,0	-0,2	1,0	-1,28	2,85	-1,57	201 467	270 107
Jul./09	-1,77	44,0	122,88	-8,1	5,9	79,8	-7,1	-7,0	-1,25	2,73	-1,48	207 363	270 107
Ago./09	-1,59	44,0	125,43	-8,8	1,6	81,6	-12,5	-14,6	-1,23	2,54	-1,30	215 744	277 205
Set./09	-1,17	45,0	125,78	-10,2	-0,9	82,8	-18,3	-20,9	-1,18	2,19	-1,01	221 629	280 080
Out./09	-1,00	44,8	133,92	-10,6	4,6	83,7	-21,7	-25,8	-1,27	1,99	-0,72	231 123	278 426
Nov./09	-	-	-	-	-	84,5	-23,0	-26,9	-1,39	1,90	-0,51	236 660	283 644

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 01

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jul./07-nov./09

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Jul./07	-	112,43	108,99	108,46	401,5	281,8	120,8	926,8	88,81	942,88
Ago./07	-	113,04	106,48	108,20	513,2	236,3	135,8	1 009,1	88,95	945,05
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	89,00	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	89,03	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	90,04	953,61
Dez./07	7,0	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	90,76	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	91,71	957,57
Fev./08	-	105,86	112,17	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,04	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,91	107,59	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Mai/08	-	114,61	96,70	104,39	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,69	107,02	104,83	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,12	105,95	105,00	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,53	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,95	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	3,8	81,68	82,89	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,60	79,32	79,32	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,01	83,14	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai/09	-	105,32	91,89	85,65	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,71	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,36	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,31	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	105,30	90,68	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-
Out./09	-	111,83	94,46	89,14	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,90	-
Nov./09	-	-	-	-	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jul./07-nov./09

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Jul./07	-1 690	10,3	13,8	1 156	1 179	542 700	1 617 726	1 673 608
Ago./07	673	10,0	13,4	1 155	1 177	559 421	1 653 837	1 571 858
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 152	1 158	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 165	1 176	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 170	1 177	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 197	1 200	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 160	1 158	467 639	1 914 097	1 151 275
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 132	1 128	553 905	1 949 550	1 194 279
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 115	1 125	556 404	1 905 271	1 153 749
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 145	1 156	591 331	1 852 881	1 380 913
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 177	1 196	588 888	1 747 461	1 692 281
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 200	1 214	579 625	1 722 206	1 669 978
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 203	1 221	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 212	1 218	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 217	1 221	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 218	1 217	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 211	1 217	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 193	1 189	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 204	1 187	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 226	1 211	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 234	1 233	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 216	1 230	518 975	1 878 610	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 196	1 208	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 220	1 209	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 234	1 227	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 242	1 221	535 211	1 732 263	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 229	1 226	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 257	1 244	-	-	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	-	-	-	-	932 124

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de out./09. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

As mudanças na pauta exportadora do RS

Recentemente, a FEE divulgou um estudo sobre as mudanças na pauta exportadora gaúcha (Textos Para Discussão FEE, n. 072), onde os produtos foram agrupados de acordo com seu principal fator de competitividade. Eles foram classificados em quatro categorias: intensivos em recursos naturais, em trabalho, em escala e em tecnologia diferenciada ou baseados na ciência. Conforme pode ser observado na tabela, entre o primeiro (1989 a 1993) e o último período da análise (2004 a 2008), é expressiva a perda da participação relativa dos produtos intensivos em trabalho — no caso, basicamente calçados de couro natural.

Por outro lado, todas as demais categorias tiveram sua participação aumentada. Dos principais produtos intensivos em recursos naturais, o fumo praticamente manteve intacto seu peso relativo no conjunto das exportações do Estado, e o complexo soja como um todo teve uma redução, mas cresceu a participação do grão de soja nas vendas ao exterior. Foram as exportações de carnes — a suína e, principalmente, a de frango — os grandes destaques desse grupo ao longo dos anos analisados. Já os produtos intensivos em escala foram os que, proporcionalmente, mais cresceram em termos de participação relativa, ainda que suas vendas externas tenham apresentado uma tendência à concentração em produtos petroquímicos e em produtos da indústria metal-mecânica voltada à agricultura e/ou ao setor

automotivo. No caso dos produtos intensivos em tecnologia diferenciada, destacaram-se as exportações dirigidas ao setor agrícola, como máquinas para colheita ou debulha e máquinas para preparo do solo.

Participação percentual das exportações, por maior fator de competitividade, no total do RS — 1989-08

FATORES DE COMPETITIVIDADE	1989-93	1994-98	1999-03	2004-08
Recursos naturais	48,8	47,7	47,2	56,9
Trabalho	39,2	35,4	32,9	19,8
Escala	9,0	10,5	13,9	17,8
Tecnologia diferenciada ou baseados na ciência ...	3,0	6,4	5,9	5,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/sistema Alice.

NOTA: Consideraram-se os 50 produtos mais importantes de cada período.

Álvaro Antonio Garcia (FEE/CEES)

Desempenho do mercado de trabalho na RMPA, em 2009

O desempenho do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) ficou acima das expectativas quando do início da crise financeira internacional em meados do segundo semestre de 2008, embora seus efeitos tenham deixado marcas. O período jan.-nov./09 apresentou indicadores negativos e positivos para o mercado de trabalho na RMPA, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Segundo os dados levantados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMPA, após cinco anos consecutivos de declínio, a taxa média de desemprego total apresentou variação positiva, passando de 11,3% em 2008 para os atuais 11,4%. Tal resultado decorreu do ingresso de 25.000 trabalhadores na força de trabalho metropolitana, que superou a geração de 21.000 ocupações. Com o acréscimo de 4.000 pessoas, o contingente de desempregados ficou estimado em 229.000 indivíduos, no período em análise.

O comportamento da ocupação, segundo os diferentes setores da atividade econômica, mostrou expansão em quase todos, excetuando-se o da indústria, que, após dois anos de incremento, apresentou uma redução de 19.000 postos de trabalho, sendo o setor que sentiu mais intensamente os efeitos da crise. A elevação mais importante ocorreu no setor serviços, que acrescentou 29.000 ocupações e, em menor medida, no comércio, com 8.000 postos de trabalho.

O fato positivo no mercado de trabalho metropolitano ficou por conta do comportamento dos rendimentos. Em relação ao período analisado do ano de 2008, houve aumento de 4,7% no rendimento real médio do total de ocupados e de 3,4% no de assalariados.

Estimativa dos principais indicadores do mercado de trabalho na RMPA — jan.-nov./08 e jan./nov./09

(1 000 pessoas)

INDICADORES	JAN-NOV/08	JAN-NOV/09	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA (%)
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	1 993	2 018	25	1,3
Ocupados	1 768	1 789	21	1,2
Ocupados por setor de atividade				
Indústria	317	298	-19	-6,0
Serviços	949	978	29	3,1
Comércio	295	303	8	2,7
Outros (1)	208	210	2	1,0
Desempregados	225	229	4	1,8
Taxas de desemprego (%)	11,3	11,4	-	0,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inclui construção civil, serviços domésticos e outros.

André Luiz Leite Chaves (FEE/CPED)

Emprego formal: recuperação só amplia vagas de até dois salários mínimos

Apoiado na preservação da demanda interna, o desempenho do emprego formal em 2009 tem sido melhor do que se vislumbrava no começo do ano. Depois de demitir centenas de milhares de trabalhadores no auge da crise econômica internacional (nov./08-jan./09), o mercado de trabalho formal do Brasil voltou a criar vagas a partir de fevereiro. No acumulado do ano até outubro, foram adicionadas 1.163.607 vagas com carteira assinada, porém com remunerações que não ultrapassam os dois salários mínimos (SMs) — o saldo líquido entre admitidos e desligados só foi positivo para as faixas de até dois SMs, que adicionaram 1.579.799 trabalhadores. Em contrapartida, foram fechadas 435.937 vagas com salários superiores a dois SMs. O emprego formal no Rio Grande do Sul mostrou uma trajetória distinta da do País, observando-se um movimento de recomposição somente a partir de agosto de 2009. No acumulado do ano, foram geradas 50.227 vagas, com saldo líquido positivo apenas para as faixas de até 1,5 SM, que agregaram 98.432 empregados, enquanto as faixas acima disso dispensaram 49.420 trabalhadores. Esse processo, porém, não foi desencadeado pela crise mundial, mas acelerado por ela. Nos primeiros 10 meses de 2008, quando a economia estava aquecida (o PIB do Brasil atingiu incremento de 7,1% no terceiro trimestre de 2008 frente a igual trimestre de 2007), as faixas salariais acima de três SMs no Brasil e acima de SMs no RS também desligaram mais trabalhadores do que admitiram. Na crise, a prática de dispensar trabalhadores que ganham mais para substituí-los por outros com salários menores acentua-se, tornando-se um recurso estratégico das empresas para reduzir custos rapidamente.

Ademais, a recuperação do emprego formal no pós-crise deu-se, sobretudo, graças aos setores de serviços e da construção civil, que, tradicionalmente, pagam menos do que a indústria de transformação, que foi mais duramente atingida pela turbulência econômica mundial. A indústria foi o setor que mais demitiu na crise e o que mais demorou para se recuperar. Pode-se esperar que a retomada da dinâmica do emprego na indústria aumentará a participação dos salários mais altos no mercado de trabalho formal.

Para completar, ao contrário do que o quadro salarial sugere, a contratação líquida concentrou-se nos trabalhadores com maior nível de escolaridade. Grande parte dos postos acrescidos de janeiro a outubro de 2009 localizou-se nas faixas de escolaridade mais altas, notadamente na do ensino médio completo (57%) e na do superior completo (14%). No RS, diferentemente do Brasil, em que todas as faixas alcançaram saldos positivos, as faixas de escolaridade mais baixas (até o fundamental incompleto) eliminaram 9.044 postos, ao passo que o estrato do ensino médio completo ampliou o contingente

em 38.855, e o acima dele, em 13.221. Esses dados sugerem que as empresas devem estar contratando trabalhadores com formação escolar acima dos requerimentos de qualificação exigidos pelos novos postos, tendo em vista que o patamar de escolaridade da população como um todo vem-se elevando. Por outro lado, diante de uma conjuntura adversa ao crescimento, mais pessoas desempregadas com qualificação estão dispostas a trabalhar por um salário mais baixo.

Pelo visto, o Brasil supera a recessão e ruma para uma taxa de crescimento do PIB próxima a 5% em 2010, sem criar vagas com remuneração superior a R\$ 930,00 — o equivalente a dois SMs hoje — ou a R\$ 697,00, no caso do RS.

Movimentação do emprego formal, por faixas salariais, no Brasil e no RS — jan.-out./09

FAIXAS SALARIAIS MENSAIS	SALDO (admitidos - desligados)	
	Brasil	Rio Grande do Sul
Até 0,5 SM	34 603	4 060
De 0,51 a 1,0 SM	431 508	25 316
De 1,01 a 1,5 SM	1 061 854	69 056
De 1,51 a 2,0 SMs	51 834	-10 507
De 2,01 a 3,0 SMs	-173 448	-18 482
De 3,01 a 4,0 SMs	-83 920	-7 751
De 4,01 a 5,0 SMs	-49 846	-3 305
De 5,01 a 7,0 SMs	-50 631	-3 762
De 7,01 a 10,0 SMs	-30 502	-2 319
De 10,01 a 15,0 SMs	-21 366	-1 749
De 15,01 a 20,0 SMs	-9 158	-687
Mais de 20,0 SMs	-17 066	-858
Ignorado	19 745	1 215
Total	1 163 607	50 227

FONTE: CAGED-MTE.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 28.12.09).

ISSN 1517-7254

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisores: Maria Inácia Flôr Reinaldo e Sidonia Therezinha Hahn Calvete.

Editoria

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva, Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.